

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados

1. O Conselho Fiscal vem submeter a V.Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da Associação, apresentados pela Direcção da APSA, referentes ao exercício de 2018.
2. Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas.
3. Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
4. Tudo considerado, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual, aprove as Contas referentes à APSA, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2019

O Conselho Fiscal

Franisco Christens Rósal Gonçalves de Silva
Alexandre Jesus Esteves de Oliveira de Vazas Pequeno
Mário Vitor de Silva Nascimento

APSA - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DO SINDROME DE ASPERGER

BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

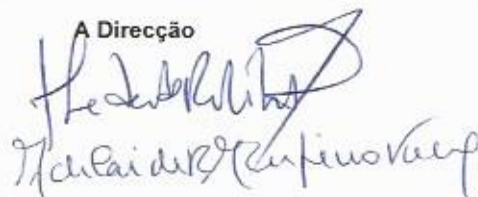
Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	4	1.002.679,81	1.040.908,27
Investimentos financeiros.....	5	3.941,17	2.808,24
		1.006.620,98	1.043.716,51
Activo corrente:			
Outras contas a receber.....	6	17.487,00	15.150,00
Diferimentos.....	7	3.150,75	1.355,20
Caixa e depósitos bancários.....	8	22.348,39	6.083,07
		42.986,14	22.588,27
Total do Activo		1.049.607,12	1.066.304,78
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Resultados transitados.....		(116.341,73)	(116.741,22)
Outras variações nos fundos patrimoniais.....	9	708.298,48	733.651,91
		591.956,75	616.910,69
Resultado líquido do período.....		36.633,20	399,49
		628.589,95	617.310,18
Total do fundo de capital		628.589,95	617.310,18
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos.....	10	265.296,97	304.773,88
		265.296,97	304.773,88
Passivo corrente:			
Financiamentos obtidos.....	10	99.418,81	95.333,00
Fornecedores.....	11	6.623,43	6.183,14
Estado e outros entes públicos.....	12	8.344,26	8.722,69
Outras contas a pagar.....	13	41.333,70	33.981,89
		155.720,20	144.220,72
Total do passivo		421.017,17	448.994,60
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.049.607,12	1.066.304,78

O Contabilista Certificado



A Direcção



APSA - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DO SINDROME DE ASPERGER

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2018

Montantes expressos em EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados.....	14	216.512,46	173.412,29
Subsídios, doações e legados à exploração.....	15	321.645,27	265.945,23
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	16	(1.153,78)	(99,53)
Fornecimentos e serviços externos.....	17	(171.571,60)	(148.308,72)
Gastos com o pessoal.....	18	(308.548,71)	(269.584,49)
Outros rendimentos e ganhos.....	19	35.274,48	36.482,01
Outros gastos e perdas.....	20	(2.068,05)	(3.182,30)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		90.090,07	54.664,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	4	(38.228,46)	(38.963,61)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		51.861,61	15.700,88
Juros e rendimentos similares obtidos.....			550,63
Juros e gastos similares suportados.....	21	(15.228,41)	(15.852,02)
Resultado antes de impostos		36.633,20	399,49
Resultado líquido do período		36.633,20	399,49

O Contabilista Certificado



A Direcção



P. d.
H. d.



*Associação Portuguesa
de Síndrome de Asperger*

Contas 2018

Anexo ao Balanço e à Demonstração de
Resultados do Exercício de 2018

Sede

Arruamento à Travessa da Granja, nº 1
1500-335 Lisboa

1. Introdução

A APSA, com o NIF: 506 596 150, tem o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Exerce a sua atividade Associativa no apoio à integração social de pessoas com Síndrome de Asperger.

Promove respostas sociais, para Jovens/Adultos maiores de 16 anos com Síndrome de Asperger enquadrada nas perturbações do espetro do autismo e que tem como objetivo promover a sua autonomia e a transição para programas adequados de integração socioprofissional.

Tem um Acordo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social, IP/Centro Distrital de Lisboa, para a resposta social: Centro de Atividades Ocupacionais (CAO).

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Enquadramento

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do ESNL (Entidade Sector Não Lucrativo) e respetivas NCRF (Normas Contabilísticas de Relato Financeiro).

As contas do Balanço e Demonstração de resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

Ativos fixos tangíveis:

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo. As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas, do Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – o FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro. O ativo financeiro referente às participações do FCT está mensurado nas contas pelo custo.

Rendimento

O crédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O crédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo valor do montante a receber.



Financiamentos obtidos

Encontra-se mensurado pelo valor dos empréstimos à data do balanço.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos».

4. Activos fixos tangíveis

Divulgações gerais

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens. O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento

Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da **valorização das várias classes** de ativos fixos tangíveis.

Valorização das várias classes

Classe de Ativos \ Valores Apurados		Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	TOTAIS
Início do Período	Valor bruto escriturado	1.126.425.49	65.335.92	62.695.70	3.657.06	1.258.114.17
	Amortização acumulada + perdas por imparidade	(112.642.55)	(41.971.71)	(61.128.79)	(1.462.85)	(217.205.90)
Período	Abates/regul arização de depreciações					
	Abates/regul arizações					
	Amortização do período	(28.160.63)	(8.856.97)	(845.15)	(365.71)	(38.228.46)
Fim do Período	Valor bruto escriturado	1.126.425.49	65.335.92	62.695.70	3.657.06	1.258.114.17
	Amortização acumulada	(140.803.18)	(50.828.68)	(61.973.94)	(1.828.56)	(255.434.36)
SalDOS finais		985.622.31	14.507.24	721.76	1.828.50	1.002.679.81

Restrições de titularidade, ativos dados como garantia de passivos e compromissos contratuais assumidos

O investimento é realizado na "Casa Grande", um edifício pertencente à CML sito na Quinta da Granja de Baixo, Benfica, Lisboa, que foi cedido à APSA, a título gratuito, por constituição do direito de superfície, por 20 anos renováveis por igual período.



5. Investimentos financeiros

O valor considerado nesta rubrica respeita à contribuição para o Fundo de Compensação do Trabalho, representado por 3601,62 UPS.

6. Outras contas a receber

Os valores constantes nesta rubrica discriminam-se como segue:

	2018	2017
Donativos 2017 recebidos 2018		500.00
Câmara Municipal de Lisboa	14.400.00	14.400.00
Valor levantamento a regularizar	250.00	250.00
Pagamentos a regularizar	2.837.00	
Total	17.487.00	15.150.00

7. Diferimentos

O valor de 3.150,75 euros refere-se a seguros e domínio do site, valores liquidados cujo período de cobertura se reporta a 2019.

8. Caixa e depósitos bancários

Discriminação dos valores pelas seguintes rubricas:

Rubricas	2018	2017
Caixa	424.55	103.74
Depósitos à Ordem	21.923.84	5.979.33
Total	22.348.39	6.083.07

9. Outras variações nos fundos patrimoniais

Esta rubrica refere-se aos subsídios ao investimento que foram objeto de reconhecimento nos seguintes montantes:

Subsídios ao Investimento	2018	2017
Saldo inicial	733.651,91	760.934,88
Valor utilizado na compensação das depreciações	(25.353,43)	(26.742,97)
Saldo Final	708.298,48	733.651,91

Discriminação das entidades - subsídios investimento

Entidade	Valor no início do período	Valor utilizado depreciações	Valor final
Fundação PT	41.804,07	1.444,66	40.359,41
Fundação Calouste Gulbenkian	41.804,07	1.444,66	40.359,41
Fundação EDP	16.721,64	577,86	16.143,78
POPH-IGFSS	240.195,63	8.300,65	231.894,98
POPH-OSS	234.499,29	8.103,79	226.395,50
C. Sol. Social do BES	41.804,07	1.444,66	40.359,41
Prémio CEPISA	8.132,55	281,04	7.851,51
Fundação Millennium	66.886,51	2.311,45	64.575,06
Fundação Caixa Fã - CGD	25.082,44	866,80	24.215,64
Fundação Montepio	16.721,64	577,86	16.143,78
Total	733.651,91	25.353,43	708.298,48



10. Financiamentos obtidos

Financiamentos obtidos no final do ano transato é subdividido nos seguintes montantes:

Rúbricas	2018	2017
Crédito ao Investimento passivo não corrente a mais de 1 ano	264.296.97	304.773.88
Crédito ao Investimento passivo corrente a menos de 1 ano	40.418.81	37.833.00
Crédito em Conta Corrente passivo corrente a menos de 1 ano	60.000.00	57.500.00
Total	364.715.78	400.106.88

Este financiamento tem as seguintes taxas de desempenho: um contrato mútuo hipoteca com a taxa anual nominal (TAN) de 4,155 % que resulta da taxa Euribor a 6 (seis) meses acrescida de um "spread" de 4,3% e um outro contrato de mútuo hipoteca com a taxa anual nominal (TAN) de 3,893 % que resulta da taxa Euribor a 6 (seis) meses acrescida de um "spread" de 4,1 %; ambos os contratos têm como garantia a hipoteca do imóvel designado "Casa Grande", em Benfica, Lisboa. E ainda, um contrato de crédito em conta corrente com a taxa anual nominal (TAN) de 3,793 % que resulta da taxa Euribor a 6 (seis) meses acrescida de um "spread" de 4,0%. Os pagamentos a ocorrer em 2019 do crédito ao investimento ascendem a cerca de 40.418.81 euros.

11. Fornecedores

Esta rubrica subdivide-se em:

Rúbricas	2018	2017
Fornecedores em Conta Corrente	2.426.73	2.426.73
Fornecedores de Investimentos	2.867.02	3.756.41
Total	6.623.43	6.183.14

12. Estado e outros entes públicos

Valores a liquidar de impostos, como segue:

Rúbricas	2018	2017
Imposto sobre o Rendimento	2.078.13	2.505.01
IVA a pagar	338.04	361.40
Taxa Social Única	5.832.19	5.843.75
Fundo de Garantia Compensação de Trabalho	95.90	12.53
Total	8.344.26	8.722.69

13. Outras contas a pagar

Discrimina-se como segue e o valor das remunerações a pagar refere-se às férias e subsídios de férias de 2018 a pagar em 2019.

Rúbricas	2018	2017
Remunerações a pagar	36.748.95	33.907.71
Acréscimos de custos	2.837.00	
Outros credores	1.747.75	74.18
Total	41.333.70	33.981.89

14. Vendas e serviços prestados

Os valores considerados nestas rúbricas discriminam-se como segue:

Rúbricas	2018	2017
Vendas	2.622.10	817.82
Prestações de Serviços		
Candidaturas	150.00	225.00
Mensalidades	99.567.72	98.686.66
Ateliês e Serviços	70.566.71	49.538.69
Quotizações	11.945.00	7.090.00
Promoção Captação Recursos	18.225.00	10.760.00
Comparticipação despesas	6.472.95	5.532.53
Serviços patrocinados programa empregabilidade	4.963.00	
Outros Serviços	1.999.98	761.59
Total	216.512.46	173.412.29

15. Subsídios doações e legados à exploração

Discriminam-se como segue:

Entidade	2018	2017
Instituto Gestão Financeira Acordo de Cooperação – CAO (a)	112.475.52	110.054.16
IEFP	14.732.38	
Junta de Freguesia de Benfica		2.000.00
Câmara Municipal de Lisboa	72.000.00	72.000.00
Instituto Português do Desporto e Juventude		2.500.00
Donativos Entidades Particulares	39.255.89	21.358.17
Donativos Empresas	30.040.00	9.300.00
Donativos em espécie	7.576.98	2.026.95
Do Estado – Consignação 0,5% IRS	45.564.50	46.705.95
Total	321.645.27	265.945.23

(a) Acordo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social, IP / Centro Distrital de Lisboa, respeitante ao CAO.

16. Custo mercadorias e matérias consumidas

O valor constante nesta rúbrica refere-se matérias consumidas, géneros alimentares.

17. Fornecimentos e serviços externos

Os gastos rubricas discriminam-se como segue:

Rúbricas	2018	2017
Subcontratos	19.657.15	21.673.20
Serviços especializados	107.905.50	82.455.45
Materiais	9.521.17	12.511.82
Energia e fluidos	17.623.44	15.856.55
Deslocações, estadas e transportes	8.861.41	8.473.28
Serviços diversos	8.002.93	7.338.42
Total	171.571.60	148.308.72

18. Despesas com o pessoal

Os gastos discriminam-se como segue:

Rúbricas	2018	2017
Remunerações Funcionários	251.305.82	219.566.70
Outras: Voluntários/Indemnizações		191.25
Encargos sobre Remunerações	52.126.38	45.624.36
Seguros de Acidentes no Trabalho	2.086.81	1.852.47
Outros Gastos com Pessoal	3.029.70	2.349.71
Total	308.548.71	269.584.49

19. Outros rendimentos e ganhos

Esta rubrica discrimina-se como segue:

Rúbricas	2018	2017
Imputação subsídio investimentos	25.353.43	26.742.97
Apoio financeiro INR	9.529.64	7.342.48
Alienação ativo tangíveis		855.38
Outros	391.41	1.541.18
Total	35.274.48	36.482.01

O valor proveniente da imputação do subsídio para investimentos é resultante da quota-parte proporcional dos subsídios afetos aos investimentos como compensação das depreciações consideradas no exercício.

20. Outros gastos e perdas

Discriminam-se como segue:

Rúbricas	2018	2017
Impostos sobre Operações Financeiras		134.20
Restituição FEDRA anos anteriores	1.666.60	
Dívidas incobráveis (a)		961.50
Outros/ donativos/ quotizações	401.45	2.086.60
Total	2.068.05	3.182.30

(a) Valor referente a dívidas de clientes que não existe possibilidade de recebimento e reconhecido o seu custo neste exercício.

21. Juros e gastos similares suportados

Esta conta representa os juros de financiamento respeitantes ao exercício referentes aos empréstimos concedidos pelo Montepio Geral.

22. Benefícios dos empregados

O número de colaboradores, a 31 de dezembro de 2018, era de 18, sendo que também se recorre a voluntários para alguns trabalhos, cujos encargos se limitam a subsídios de almoço e de transporte.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2019

O Contabilista Certificado



A Direção